

ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 02-3-2022.

---

Aos dois dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e dois, reuniu-se virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Aline Kerber, Alvoní Medina, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Daiana Santos, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, Jonas Reis, José Freitas, Kaká D'Ávila, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Lourdes Sprenger, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Matheus Gomes, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Fran Rodrigues e Moisés Barboza. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei do Legislativo nº 346/21 (Processo nº 0829/21), de autoria de Aldacir Oliboni; o Projeto de Lei do Legislativo nº 581/21 (Processo nº 1308/21), de autoria de Claudio Janta; o Projeto de Resolução nº 002/22 (Processo nº 0048/22), de autoria de Kaká D'Ávila; o Projeto de Lei do Legislativo nº 022/22 (Processo nº 0045/22), de autoria de Matheus Gomes; o Projeto de Lei do Legislativo nº 574/21 (Processo nº 1295/21), de autoria de Mônica Leal. Também, foi apregoado o Ofício nº 445/22, do Prefeito, encaminhando o Projeto de Lei do Executivo nº 004/22 (Processo nº 0111/22). Ainda, foi apregoado comunicado firmado por Cláudia Araújo, Laura Sito, Daiana Santos, Mônica Leal, Karen Santos, Mari Pimentel, Comandante Nádia, Fernanda Barth, Psicóloga Tanise Sabino, Lourdes Sprenger e Bruna Rodrigues, informando que Mari Pimentel e Fernanda Barth assumirão, respectivamente, os cargos de Procuradora e vice-Procuradora Especial da Mulher, nos termos do artigo 86-B do Regimento. Foi apregoado requerimento de autoria de Pedro Ruas, solicitando licença para tratamento de saúde do dia dois ao dia quinze de março do corrente, tendo o Presidente declarado empossada na vereança, em substituição, pelo mesmo período, Fran Rodrigues, informando-a que integraria a Comissão de Urbanização, Transportes e Habitação. Na oportunidade, foi apregoada declaração firmada por Pedro Ruas, informando o impedimento de Prof. Alex Fraga em assumir a vereança do dia dois ao dia quinze de março do corrente. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Aldacir Oliboni e Claudio Janta. Foi APROVADO requerimento verbal formulado por Giovane Byl, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente sessão. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram, em 1ª sessão, o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 043/21, o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 003/22, discutido por Jonas Reis, Karen Santos, Claudio Janta e Aline Kerber, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 083/20, 348, 371, 423, 527, 553, 586, 587, 588, 597, 604, 609 e 625/21, 004 e 011/22 e o Projeto de Lei do Executivo nº 001/22. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Lourdes Sprenger e Jonas Reis. Às

quinze horas e vinte e nove minutos, em cumprimento a deliberação do Colégio de Líderes, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para sessão extraordinária a ser realizada a seguir. Os trabalhos foram presididos por Giovane Byl. Do que foi lavrada a presente ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pela 1ª Secretária e pelo Presidente.

---

**PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB):** Boa tarde, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, público que nos assiste das galerias e pela TVCâmara. Damos início a nossa sessão, passando ao nosso diretor legislativo para fazer a verificação de quórum.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** (Após a chamada nominal.) Trinta e quatro Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras responderam à chamada nominal.

**PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB):** Há quórum. Solicito que o diretor legislativo faça a leitura das proposições apresentadas à Mesa.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** (Procede à leitura das proposições apresentadas à Mesa.)

Aprego o Memorando nº 005/22, de autoria do Ver. Pedro Ruas, solicitando Licença para Tratamento de Saúde no período de 2 a 15 de março de 2022.

Aprego a declaração firmada pelo Ver. Pedro Ruas, líder da bancada do PSOL, informando o impedimento do suplente, Professor Alex Fraga, para exercer a vereança período.

**PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB):** Declaro empossada a Ver.<sup>a</sup> Fran Rodrigues, nos termos regimentais, que integrará a Comissão de Urbanização, Transportes e Habitação - CUTHAB. Seja bem-vinda, vereadora.

O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

**VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT):** Saúdo o nosso Presidente em exercício, Ver. Giovane Byl, os nossos colegas vereadores e vereadoras e o público que acompanha a nossa sessão nesta tarde. É importante falar, no período de liderança pela oposição, porque nós temos em pauta, no dia de hoje, alguns projetos para rodar a primeira sessão de pauta. O primeiro projeto a ser apresentado é um projeto que, para nós, não podia estar tramitando. Por esta razão, Presidente, nós vamos entrar com esse requerimento que foi protocolado hoje, que diz o seguinte: “Senhor presidente, [quando me refiro a presidente, é o presidente da Casa] foi protocolado, nesta Egrégia Casa, o PLCE nº 03, de 2022, dispendo sobre o Plano de Custeio do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores do Município de Porto Alegre, através do Ofício 298, GP, de 07 de fevereiro de 2022, visando a alteração da segregação de massas, prevista no art. 94 da Lei Complementar 478, de 26 de setembro de 2002, e em dispositivos da

Lei Complementar nº 505, de 28 de maio de 2004. Ao analisar o documento, acostado no referido processo, constata-se a falta de parecer do Conselho de Administração do órgão e de demonstrativo financeiro ou atuarial, apresentando os impactos da proposta. A inexistência da referida documentação atinge os dispositivos da Lei Complementar nº 478, de 2002, especificamente os inc. IV, V e X do art. 8º, transcrito abaixo.

“Art. 8º. Compete ao Conselho de Administração: IV - acompanhar a avaliação e gestão operacional, econômica e financeira dos recursos do Previmpa; V - examinar e emitir parecer sobre proposta de alteração da política previdenciária do município; X - acompanhar e fiscalizar a ampliação da legislação pertinente ao RPPS.”

Nobre, Presidente, concomitantemente, a ausência de demonstrativos de impacto financeiro/orçamentário fere, ao mesmo tempo, as determinações previstas no art. 16 da LRF e no art. 113 dos Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Sendo assim, não há como prosperar a tramitação do PLCE nº 03, de 2022, sob pena de esta Casa Legislativa compactuar com o descumprimento de diplomas legais, ensejando e permitindo que o Senhor Prefeito incorra em descumprimento dos ditames previstos no Inc. IV do art. 96 da LOMPA.

Diante de tais ocorrências, os signatários solicitam, com base no art. 97 do Regimento Interno deste Legislativo, que venham a ser anexados o parecer do Conselho de Administração e as demonstrações financeiras e atuariais. Também, requerem a suspensão da tramitação do expediente até que seja atendido este pedido. Hoje, dia 02 de março de 2022, estamos protocolando esse pedido, para que esse processo pare de tramitar, em função de não atender às normas legais da LOMPA. Era isso que eu tinha a dizer, nobre Presidente, no período de oposição. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB):** O Ver. Claudio Janta está com a palavra para uma Comunicação De Líder.

**VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD):** Boa tarde a todos os colegas vereadores, a todo povo que nos assiste através da TVCâmara, da nossa Rádio Câmara e da Rádio Web. O Ver. Oliboni, a oposição alega que o projeto da segregação não está pronto para votar, porque falta o parecer. Isso não impede de o projeto correr Pauta. Falta a audiência pública que já está marcada para terça-feira próxima, falta passar pela CCJ e pelas comissões da Casa. Então, eu acredito que, até final do trâmite do processo, chegará hoje ainda o documento que o líder da oposição diz que está faltando. É de conhecimento de todos a necessidade, para a cidade de Porto Alegre, desses projetos que a Casa vem discutindo, debatendo e votando no decorrer não somente desta legislatura, da legislatura passada, para criar um pouco de... (Problemas na conexão.) ...entre as pessoas que trabalham. Então, este projeto... (Problemas na conexão.) ...documentações necessárias até ele começar a tramitar nas comissões. Agora, nada impede que os projetos sejam apregoados... (Problemas na conexão.) ...impede de os projetos... (Problemas na conexão.) ...o vereador apresentou um projeto com um nome

de rua que já existe. Então, nós teríamos que, antes de apregoar esse projeto, de debater esse projeto, exigir que tenha um abaixo-assinado e toda documentação entregue na Câmara de Vereadores. Isso não é exigido no momento do apregoamento, isso não é exigido no momento em que esse projeto entra em discussão na Câmara; ele só é apregoadado na Câmara. É exigido no momento em que começa a discussão de Pauta desse projeto, quando começamos a nos inteirar desse projeto, quando passa para as comissões e, principalmente, agora, na terça-feira, na audiência pública. Então, eu encaminho, como líder do meu partido, para que a presidência, se receber esse documento, ou a Mesa indefira esse documento, porque o projeto só está sendo apregoadado, ele não está sendo debatido, não está sendo votado, não cumpriu os trâmites necessários da Casa que é passar por comissões, principalmente, pela Comissão de Constituição e Justiça, pela Comissão de Economia e muito menos cumpriu o trâmite da audiência pública. Então, nós encaminhamos para que a Mesa indefira esse requerimento da oposição e permita que o projeto, como vários outros que circulam na Câmara de Vereadores, apresentados não somente pelo Executivo, mas por nós, membros desta Casa, somente cumpra a Pauta, que não seja necessário, neste momento, apresentar os documentos alegados pela oposição. Muito obrigado, Sr. Presidente e uma boa-tarde a todos.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB):** Esta presidência faz um requerimento, solicitando a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Pauta. Após retornaremos à ordem normal. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos à

## **PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR**

**(05 oradores/05 minutos/com aparte)**

### **1ª SESSÃO**

**PROC. Nº 0069/22 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 003/22**, que inclui os §§ 1º, 2º e 3º no art. 94 da Lei Complementar nº 478, de 26 de setembro de 2002; altera o § 5º, inclui a al. e no inc. II do art. 2º; e revoga os §§ 7º e 8º do art. 2º da Lei Complementar nº 505, de 28 de maio de 2004, dispondo sobre o Plano de Custeio do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores do Município de Porto Alegre. **(SEI 118.00149/2022-86)**

**PROC. Nº 1150/21 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 043/21**, de autoria do Ver. Idenir Cecchim, que revoga a Lei Complementar nº 630,

de 1º de outubro de 2009, e alteração posterior, que institui a Operação Urbana Consorciada Lomba do Pinheiro e dá outras providências. (SEI 138.00037/2021-24)

**PROC. Nº 0832/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 348/21**, de autoria da Verª Fran Rodrigues, que denomina Esquina da Diversidade a confluência da Rua Joaquim Nabuco e a Travessa dos Venezianos, no Bairro Cidade Baixa. (SEI 247.00002/2021-67)

**PROC. Nº 1197/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 527/21**, de autoria do Ver. Cassiá Carpes, que obriga o uso de capacete pelos praticantes de *skate*, como equipamento de segurança, nos locais do Município de Porto Alegre destinados a esse esporte. (SEI 023.00031/2021-81)

**PROC. Nº 1238/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 553/21**, de autoria do Ver. Mauro Zacher, que concede o título de Cidadão Emérito de Porto Alegre ao senhor João Wallig Neto. (SEI 042.00060/2021-23)

**PROC. Nº 1375/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 625/21**, de autoria do Ver. Airto Ferronato, que denomina Rua Sandra Jatahy Pesavento o logradouro público não cadastrado conhecido como Rua G Jardim Guanabara, localizado no Bairro Partenon. (SEI 019.00074/2021-71)

**PROC. Nº 0012/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 004/22**, de autoria do Ver. Ramiro Rosário, que denomina Adão Renato Vicente de Oliveira a Rua Trinta e Um, localizada no Bairro Rubem Berta. (SEI 197.00010/2022-63)

**PROC. Nº 0023/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 011/22**, de autoria do Ver. Pablo Melo, que denomina Rua Sr. Gregorio Berizzi o logradouro público conhecido como Rua 5147, localizado no Bairro Campo Novo, na comunidade Chapatral. (SEI 218.00001/2022-22)

**PROC. Nº 0216/20 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 083/20**, de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, que estabelece política de barreira sanitária a ser adotada para a prevenção da disseminação do novo Coronavírus (Covid-19) no Município de Porto Alegre. (SEI 021.00083/2020-78)

**PROC. Nº 0875/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 371/21**, de autoria da Verª Comandante Nádia e do Ver. Giovane Byl, que denomina Rochelle Benitez o Complexo Skate Park, que integra a revitalização do Trecho 3 da Orla do Guaíba. (SEI 025.00084/2021-08)

**PROC. Nº 1004/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 423/21**, de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, que isenta do pagamento de taxas, consultas e procedimentos

realizados na Unidade de Saúde Animal Victória os tutores com renda de até 1 (um) salário-mínimo nacional per capita e os protetores da causa animal. **(SEI 021.00233/2021-24)**

**PROC. Nº 1318/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 586/21**, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, que denomina Rua Maria Madalena da Silva o logradouro público não cadastrado conhecido como Rua Oito Mil e Treze, localizado no Bairro Lageado. **(SEI 037.00483/2021-59)**

**PROC. Nº 1319/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 587/21**, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, que denomina Rua Elvidio Rodrigues Prestes o logradouro público não cadastrado conhecido como Rua Oito Mil e Dezesesseis, localizado no Bairro Lageado. **(SEI 037.00488/2021-81)**

**PROC. Nº 1320/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 588/21**, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, que denomina Rua Claudete Irma Perroni o logradouro público não cadastrado conhecido como Rua Oito Mil e Quatorze, localizado no Bairro Lageado. **(SEI 037.00484/2021-01)**

**PROC. Nº 1329/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 597/21**, de autoria dos Vers. José Freitas e Alvoni Medina, que inclui a efeméride “Dia da Força Jovem Universal” (FJU) no Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre – Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010, e alterações posteriores –, a ser comemorado no terceiro domingo do mês de março. **(SEI 034.00516/2021-63)**

**PROC. Nº 1338/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 604/21**, de autoria dos Vers. José Freitas e Alvoni Medina, que inclui a efeméride “Comemoração Anual do Grupo Força Teen Universal – FTU” no Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre – Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010, e alterações posteriores –, a ser comemorado no último domingo de outubro. **(SEI 020.00049/2021-85)**

**PROC. Nº 1347/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 609/21**, de autoria do Ver. Airto Ferronato, que denomina Rótula Maria da Graça Castanho Sardá da Costa o logradouro público não cadastrado conhecido como Rótula Mil e Dez, localizado no Bairro Bela Vista. **(SEI 019.00097/2021-85)**

**PROC. Nº 0020/22 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 001/22**, que concede o título de Cidadã de Porto Alegre à senhora María Benjumea. **(SEI 118.00046/2022-16)**

**PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB):** O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir a Pauta.

**VEREADOR JONAS REIS (PT):** Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão, cumprimento todas e todos. Venho aqui escandalizado com a falta de compostura deste governo, a falta de respeito, a falta de responsabilidade para com os recursos públicos. É bem o que esses governinhos de direita fazem, eles tratam o teu dinheiro, o dinheiro do imposto como um trocado que eles têm no bolso, que eles vão gastar com o que quiserem. Sabe aquele trocado que sobra? Aqueles cinco, dez reais? É assim que eles fazem com todo recurso do caixa da Prefeitura. E eles mandam para cá um projeto de resseguração de massas. Vocês não têm respeito pela história desta Porto Alegre. Mandar para cá sem estudo, simplesmente vai mandar um grupo de aposentados para o regime capitalizado, não diz quantos, não diz qual valor, não diz de onde virá o aporte. Vocês querem pegar o dinheiro do Previmpa para pagar aposentados do regime simples que é responsabilidade da Prefeitura. Melo, inclusive, é responsabilidade tua! Sabia que é tua? Sim, é tua. Porque o teu partido já governou esta Porto Alegre há muito tempo. Se hoje Porto Alegre não tem grandes obras, a culpa é tua, Sebastião Melo, é tua! Tu gostas de dizer que, quando o Fortunati era prefeito, tu eras só vice. Não! Tu eras o vice! Só existe um vice; ter responsabilidade. E eu digo mais, vocês estão fazendo com o Previmpa uma destruição, por quê? Olhem a justificativa que vocês mandam para o projeto! Vocês dizem: diante do superávit agora... Catapultado com a reforma da Previdência que vocês fizeram, ou seja, não tinha motivação atuarial técnica, não tinha. Não precisava de reforma da Previdência. Não precisava deixar as mulheres até os 62 anos de idade para se aposentarem, os homens até os 65 anos. Não precisava tirar direitos das pessoas, porque o Previmpa era superavitário. Vocês catapultaram, porque vocês tinham interesse na resseguração de massas, que é liberar dinheiro do caixa da Prefeitura. Tirar da responsabilidade histórica desta Prefeitura os aposentados e as aposentadas, mas aí a sociedade pergunta: tem que fazer isso, não tem que fazer, é justo, é correto, está dentro da lei? Foi para Brasília várias vezes; ele não foi buscar recursos para trazer obras de grande monta para a cidade. Não, ele foi lá pedir, se ajoelhar para o Tesouro assinar embaixo a resseguração de massas, porque era tudo planejado. Rodrigo, Rodrigo! Tu que estás no Previmpa, tu não tens vergonha de participar disso aqui? Como vai ficar o futuro das servidoras e dos servidores da Prefeitura? Está jogando na incerteza, na instabilidade, o Previmpa. Isso nós estamos falando, gente, de 14 mil trabalhadores na ativa e mais 14 mil e tantos aposentados. Jogar na incerteza? Mas que prefeito é esse? Claro, ele sabe que vai sair daqui a três anos, e os próximos vão ter que entrar em campo sem chuteira, sem bola e com o gramado destruído. Que jogo vai dar? Porque é isso o que senhor está fazendo. Uma Prefeitura que deixou em caixa mais de R\$ 700 milhões quer agora dar um golpe no Previmpa. Vocês tiraram dos salários das aposentadas 14%. Tem gente que perdeu mais de mil reais! Vocês concordam que professoras aposentadas em duas matrículas – 20 horas numa, 20 horas na outra, porque não era uma só – estejam recolhendo agora 14% sobre cada uma, mais de mil reais de redução salarial?

Concordam? O cidadão não concorda que uma professora que educou várias crianças e adolescentes durante a sua vida, agora que está aposentada, vá ter um recolhimento a mais. Que desrespeito com Porto Alegre mudar as regras do jogo no meio do caminho. Esse prefeito é irresponsável e já mostrou em várias áreas. Irresponsável, porque não programou a falta de água que ia acontecer na Zona Leste e no Extremo-Sul; irresponsável, porque o transporte está sucateado e, até agora, não apresentou uma solução; irresponsável, porque os alagamentos na cidade, a cada chuvarada, cada vez aumentam mais; irresponsável, porque, nas filas do SUS, são mais de dois anos esperando por uma consulta de especialistas, um cardiologista, um ortopedista, um psicólogo, um psiquiatra. O senhor é irresponsável, porque quer agora condenar um fundo previdenciário com saúde financeira a ficar cambaleante. O senhor não tem respeito por esta cidade, porque esta cidade não é feita só de presente, ela é feita de passado, presente e futuro, e o futuro está em risco com esse projeto. Quem se associar a esse projeto estará, junto com o prefeito, cometendo um grande erro, com certeza, um dos maiores erros desta gestão até aqui. Eu custo a acreditar, custo a acreditar que o prefeito esteja fazendo essa incursão aventureira com o erário da Prefeitura, essa brincadeira de mau gosto. É, está; infelizmente, tenho que dizer que está. Isso em nada vai melhorar a situação. Coloca incertezas para os servidores públicos, incertezas para as suas famílias, incertezas para a cidade, porque, depois, quem é que vai pagar? Não só vocês têm que responder ao requerimento, mas responder com consistência. Vocês têm é que retirar desta Casa esse projeto. Se vocês, do governo Melo, têm alguma vergonha, vocês têm que retirar esse projeto daqui. Se vocês têm alguma responsabilidade com o futuro, esse projeto não pode tramitar. Agora, se vocês são da turminha do oba-oba, da turminha da brincadeira, aí sim, esse projeto vai continuar. A fala do líder do governo que me antecedeu foi uma tragédia, desculpem utilizar essa palavra, agora que a gente sabe o que está acontecendo no mundo, esta guerra terrível, mas aqui também é uma tragédia no erário público. Com o dinheiro do povo, sagrado, com o que deveriam ter cuidado, ter responsabilidade pública como gestores. Que gestor o senhor é, prefeito Melo? Tenha coragem de vir aqui responder, tenha coragem de vir a esta Casa. Não terá, porque o senhor sabe aonde vai dar isso. Isso vai dar em confusão no Previmpa, e em destruição da capacidade gestora desta cidade, que um dia foi melhor e, agora, está em frangalhos.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB):** A Ver.<sup>a</sup> Karen Santos está com a palavra para discutir a Pauta.

**VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL):** Boa tarde, todos e todas; me inscrevo também para debater o projeto que está em Pauta que trata, novamente, da aposentadoria e das pensões dos trabalhadores do município de Porto Alegre. É de responsabilidade desta Câmara de Vereadores estar atenta a esse debate. Não percebo isso nesta sessão, que está com uma pauta de impacto direto no futuro dos trabalhadores

do Município, que estão sendo, há muitos governos, lesados por essas opções de capitalizar, de dar para a iniciativa privada, cada vez mais, os rendimentos, as poupanças, o futuro daqueles e daquelas que dão vida ao município de Porto Alegre. Essa discussão estar sendo feita de uma forma acelerada me preocupa. Novamente, projetos polêmicos e, por mais que seja na forma protocolar, uma audiência pública... Nós sabemos que as audiências públicas, no modo híbrido, virtual, não dão conta de conseguir captar os ensejos, captar a mobilização da categoria. Nós sabemos também que, da forma que o projeto está sendo proposto, vai ser difícil a gente conseguir alertar toda a categoria dos trabalhadores do Município, para que se apropriem dessa discussão. Por fim, o que para nós é o mais preocupante, além de o projeto estar se dando de uma forma tão acelerada, pois o governo está querendo fazer hoje duas sessões de discussão, para correr a pauta, para permitir que, semana que vem, esse projeto já possa ser votado. A gente sabe que tem um parecer da procuradoria desta Casa, um parecer de 14 páginas, que mostra para o governo que ele tem que recolher esse projeto, para conseguir, minimamente, dar conta de questões que foram apontadas ali, como o balancete financeiro, a necessidade econômica do projeto, o próprio conselho do Previmpa, que, novamente, está sendo descaracterizado e não está sendo consultado no sentido da importância desse projeto de lei complementar. Então, a gente precisa denunciar isso que está acontecendo, chamar a atenção dos servidores do município de Porto Alegre, porque novamente o governo Melo está querendo colocar a mão na aposentadoria e nas pensões de vocês. Nós não podemos permitir que a procuradoria desta Casa seja atropelada por uma vontade política e econômica do governo de seguir fazendo um ajuste, colocando nas costas daqueles e daquelas que estão hoje garantindo os serviços públicos do Município a conta da crise econômica. O Município tem caixa, o Previmpa é superavitário. Para nós, é inviável que, novamente, retornando agora do carnaval, os trabalhadores do Município sejam pegos de surpresa com um projeto que quer rentabilizar a aposentadoria deles, permitir que iniciativas privadas, cada vez mais, se apropriem daquilo que é direito. Não podemos permitir que isso aconteça. Nós temos um requerimento que, sim, tem que ser considerado, que corrobora com o que a procuradoria da Casa já colocou para o Município, para a PGM, para o prefeito Melo, e nós vamos brigar por isso.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB):** Por favor, Ver. Aldacir Oliboni.

**Vereador Aldacir Oliboni (PT):** Nobre Presidente, estava observando o parecer do procurador da Casa, e ele nos dá uma orientação nesse sentido. O primeiro parágrafo do parecer, na página 11, conforme falou aqui a minha colega vereadora, diz o seguinte: "Diante disso, sugere-se a devolução do projeto ao autor nos termos do art. 87". Logo em seguida, se me permitir, ele reforça dizendo o seguinte: "Nada disso instrui o projeto de lei em questão, o que, ao nosso ver, impede a sua apreciação, colocando inclusive em risco a validade da audiência pública. Isso posto, entendo que o

projeto de lei complementar em questão, conforme já mencionei acima, deve ser devolvido ao autor.” Quem disse isso foi o procurador da Casa. Por isso, nós, inclusive baseados nessa orientação, sugerimos que não haja tramitação da segunda pauta do dia, porque, pelo que estou sabendo, há uma previsibilidade de rodar duas pautas hoje. Acho que a questão já está em uma pauta, acho que deve ser reavaliada essa questão, e, portanto, nós, da oposição, não vamos dar acordo em algo que o próprio procurador apontou que é, em tese, inconstitucional, porque não cumpriu as tramitações legais. Muito obrigado.

**PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB):** Vereador, o parecer do procurador é opinativo, o projeto ainda falta passar para a CCJ analisar. Não passou ainda pela análise da CCJ.

A Ver.<sup>a</sup> Lourdes Sprenger está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB):** Sr. Presidente, vereadoras, vereadores, eu nem vou responder ao colega Jonas, aos seus adjetivos, à base do governo, ao prefeito, porque ele sempre faz esse teatro aqui na frente, eu vou entrar direto no meu assunto. Nós tivemos um feriado com grandes e trágicos acontecimentos; quando se fala tanto em paz, que o planeta se torne humanitário, tudo isso cai por terra, por ações de um ditador sanguinário, que ainda pensa que é um agente da KGB no tempo da União Soviética. Bombardeou um país, matando civis – homens, mulheres, crianças e idosos –, desrespeitando a soberania da Ucrânia e ainda com ameaças nucleares. Comovente ver um povo deixando o país e tudo que construiu para traz, caminhando quilômetros no frio e na neve para chegar à fronteira. Muitas mulheres com crianças no colo, sem seus companheiros, que ficaram para lutar na defesa de sua nação.

Antes de entrar no outro ponto, eu quero dizer que eu sou aposentada da previdência complementar privada, pago até hoje as diferenças atuárias, e quando há ações trabalhistas ou alguma outra cobrança, vamos falar bem popular, os valores são rateados entre todos os aposentados – e eu estou aposentada, continuo pagando, tenho o meu contracheque para mostrar. Temos que avaliar melhor o que veio à pauta. Eu não vou me manifestar, tem aqui a nossa vice-líder e eu vou falar do nosso feriado.

O nosso feriado trouxe alguns incidentes, como a explosão na subestação de Viamão. A noite virou dia, assustadoramente, e um quilômetro de matagal foi queimado, deixando a localidade e Porto Alegre sem energia. Mas eu fico a perguntar: a CEEE não estava bem junto aos consumidores e privatizaram a R\$ 100 mil, com isenção de impostos e um patrimônio considerável. Só uma subestação – no montante tinham 62 – custa R\$ 100 mil, e aí a Equatorial é a nova proprietária. Parece-me que ainda não está investindo o suficiente para atender aos contribuintes. Relatos da Zona Sul: telefone não atendia; um ponto importante comercial pediu vistoria no local e ficou um dia sem resposta. Esse modelo que está posto não terá resultados esperados se não tiver uma boa fiscalização, porque a história vai se repetir. Privatizaram a CEEE na

primeira fase, e onde andam as empresas privatizadoras? O *telemarketing* que atende é do Nordeste, e o que mudou? Cabe registrar, para quem desconhece, que, no modelo da gestão antiga, não podia cortar energia dos meios de comunicação e de templos, subsidiar tarifa industrial e outros. Quando entravam empréstimos estrangeiros, por ser o Estado o acionista majoritário, nem sempre eram destinados a melhorias do sistema elétrico da CEEE, mas eram registrados como dívida na contabilidade.

Bem, ainda se tratando das privatizações, algo muito importante e que não foi tratado aqui, anteriormente, são os fundos de pensão que os aposentados pagaram, desde o início dos planos, e que a Equatorial se nega a fazer a sua parte na contribuição, bem como uma dívida anterior, quando privatizou a R\$ 100 mil, como eu disse, com isenções e patrimônio considerável; e não quer pagar. Aí os aposentados, na visão de alguns gestores, devem passar o resto dos seus dias sem o direito dos rendimentos de aposentadorias que foram pagas por eles. Como se sabe sobre outros fundos, governos anteriores se apoderaram, e os aposentados ficaram a reclamar, sem recursos, no momento em que mais precisavam. Há várias ações, quero trazer aqui ao conhecimento, contra o grupo Equatorial, devido a esses procedimentos de não cumprir o que foi firmado. Os órgãos fiscalizadores acompanharão os investimentos para melhoria do sistema elétrico dessa vez? Sabemos que há deficiência de recursos humanos e tecnologia, de repente, para averiguar essa sistemática. Parece-me que não há interesse que isso ocorra. Se tivermos fiscalização, evitaremos o que já ocorreu no País recentemente: a corrupção. A corrupção mata por falta de saúde, de empregos e de moradias. Exemplos recentes no Rio de Janeiro: sem moradia e sem recuperação daquelas perdidas em 2011, mas com recursos – tinham recursos –, o povo foi subindo o morro, e o morro deslizou pelo descuido com a natureza, e lá se foram mais vidas. Desejamos que os fundos de pensão ou previdência complementar privada, que falei, não desapareçam, como outros que deixaram os aposentados à deriva, que os responsáveis por esses danos sejam incluídos e responsabilizados com o rigor da lei, pela justiça brasileira, para servir de exemplo ao País. Mas, afinal, para certos privatizadores, interessam as pessoas? Reduzir a folha de pagamento é o que mais sabem falar e levam em consideração algumas exceções de salários altos que existem, porque à época, as reclamações trabalhistas, as reclamatórias, tinham correções cumulativas e resultavam em mega-ações. Isso não justifica privatizar e não investir, ou não cumprir com os compromissos firmados e desaparecer da cidade com este velho discurso. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

**Vereadora Cláudia Araújo (PSD):** Presidente, eu queria reiterar, como vice-líder do governo, o acordo que feito com a maioria das lideranças para realização de uma sessão extraordinária para correr 2ª Sessão de Pauta dos projetos que já constavam na agenda. Se for necessário, que seja votado e que assim o seja, mas foi feito um acordo e eu espero que seja respeitado.

**PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB):** Feito o registro, vereadora. O Ver. Claudio Janta está com a palavra para discutir a Pauta.

**VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD):** Eu queria dizer, em primeiro lugar, da necessidade, conforme disse a Ver.<sup>a</sup> Cláudia Araújo, de termos a 2ª Sessão de Pauta hoje. Ela foi discutida no colégio de líderes em função que têm, na 1ª Sessão da Pauta, 18 projetos e que precisam correr a 2ª Sessão de Pauta, para que possam entrar em discussão nas comissões, inclusive na Comissão de Constituição e Justiça. Eu quero dizer que a oposição se apega muito no parecer do procurador, se a CCJ se apegasse muito ao parecer do procurador, vários projetos, inclusive dezenas da oposição, não iriam para plenário, não seriam discutidos, não iriam cumprir os trâmites legais desta Casa. A Procuradoria faz somente uma análise, quem emite o parecer dos projetos são as comissões, principalmente a CCJ. Então, a oposição se apega num questionamento que, muitas vezes, para ela, não serve, quando é projeto dos vereadores; a Procuradoria se equivocou, a Procuradoria não analisou a questão do mérito, uma série de coisa. Então, eu quero reafirmar que nós temos 18 projetos em Pauta, projetos importantes dos membros desta Casa em 1ª Sessão de Pauta, nós não estamos nos apegando somente no projeto que a oposição tanto bate. A oposição fala, o Ver. Jonas Reis falou ainda há pouco, que tem que ter investimentos em saúde, investimentos em educação, em transporte, que o prefeito foi a Brasília. O prefeito foi a Brasília para resolver várias questões do Município de Porto Alegre, em nenhum momento tratou do assunto deste projeto que a oposição fala. Ele tratou do custeio da passagem de ônibus para as pessoas com mais de 65 anos, tratou dos recursos que a cidade precisa para outras obras, foi tratar de políticas para a cidade de Porto Alegre, não tratou desse projeto em Brasília. Isso nós iremos tratar na Câmara de Vereadores, nós iremos discutir na Câmara de Vereadores, e o que nós estamos propondo é que, como o vereador disse que o Previmpa tem bilhões em caixa, o Previmpa assumira uma parcela desse pagamento. Hoje quem paga é o senhor e a senhora que estão nos escutando, hoje quem paga é o senhor e a senhora que precisam de um atendimento numa UPA, numa UBS, precisam colocar o seu filho numa escola infantil; é a população de Porto Alegre que paga isso. Não é um recurso que existe disponível na Prefeitura, existe esse recurso disponível no Previmpa, que tem milhares e milhares de vidas e que entram esses recursos integrais no Previmpa. Agora, a população de Porto Alegre que precisa de subsídio no transporte, que precisa de escola para os seus filhos, que precisa de unidade básica de saúde abrindo até as 22h, que precisa de equipamentos nas UPAs, que precisa combater o covid e uma série de outras coisas; e isso tudo sai do cofre único da Prefeitura, de onde sai o recurso para pagar essas outras dívidas que não entraram no Previmpa lá atrás. Tem que falar tudo, não adianta ficar falando só entre aspas, acho que a oposição tem que dizer tudo. Esta cidade tem uma receita onde, a cada R\$ 100,00 que hoje a cidade de Porto Alegre produz, somente R\$ 12,00 ficam em Porto Alegre. E a Prefeitura tem que dar contrapartida nas obras de saneamento, tem que dar contrapartida nas questões da assistência social, na saúde, na abertura de leitos. Então, eu acho que o cobertor é muito curto. O que não pode é nós estarmos tirando dinheiro da população para cobrir

uma despesa que tem dinheiro, só não é usado. Temos certeza de que virá esse parecer do Previmpa dizendo que existe recurso, que a entrada mensal de recurso do cofre do Previmpa permite isso. Afinal de contas, nós fizemos várias adequações na previdência que permite chegar onde nós chegamos hoje. Volto a afirmar, se o parecer da Procuradoria é essencial para este projeto, como membro da CCJ, como presidente da CCJ, eu acho que a oposição está abrindo um precedente muito grave na questão de o parecer da Procuradoria ser real, não valendo o parecer da CCJ que nem se reuniu para discutir este projeto. Muito obrigado, presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**Vereador Aldacir Oliboni (PT):** Nobre Presidente, Ver. Giovane Byl, nós, na reunião do colégio de líderes anterior, na semana passada, não fizemos nenhum acordo para hoje, havia uma expectativa de votarmos um projeto de lei do governo, tanto é que não tem projetos priorizados. Hoje, não teve reunião de líderes, nós não tivemos nenhum acordo para fazer um processo de votação no dia de hoje. Nós estamos aceitando a proposição trazida pela Casa, por V. Exa. para rodar a pauta para esses projetos de lei, com exceção de um deles, pois, para esse, foi apontado, pela Procuradoria, uma certa inconstitucionalidade, pedindo para ser devolvido o projeto para o governo. Então, não somos contra para passar a pauta, uma sessão já passou, a segunda sessão fica para segunda-feira. Se o governo tem pressa para votar segunda-feira, segunda-feira teremos a segunda discussão de pauta. Nada vai atrapalhar, só que o governo deve entender que o parecer da Procuradoria pode levar sérios problemas para o governo. Nós, da oposição, não estamos trancando o processo, estamos alertando para trabalhar com a constitucionalidade; e a constitucionalidade pode vir devolvendo o projeto, modificando-o ou com uma mensagem retificativa. Não há nada de extraordinário, de tão radicalizado; é apenas, eu diria, uma sugestão à base do governo. Muito obrigado.

**PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB):** O Ver. Claudio Janta está com a palavra.

**Vereador Claudio Janta (SD):** Não, só queria dizer ao Ver. Oliboni, que, na reunião de liderança passada, eu pedi para incluir, na pauta de quarta-feira, este projeto e um que nós votamos na semana passada; sim, fazer esse projeto ser discutido por duas sessões. Se o vereador, na hora, estava distraído – lembro que o Ver. Pedro Ruas ainda pediu para ver o projeto, pediu para o outro, que nós votamos na semana passada, ser o último. Então, nós estamos cumprindo o que foi acordado pelos líderes: correr as duas pautas; no dia de hoje, fazer a audiência pública deste projeto; enviar o projeto para a CCJ, numa reunião conjunta das comissões; depois encaminhar ao plenário, se for a vontade dessa reunião. Só quero relembrar esse histórico ao líder da oposição.

**PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB):** O Ver. Jonas Reis está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR JONAS REIS (PT):** O povo de Porto Alegre, que acompanha esta sessão, está vendo os escândalos que o governo Melo gosta de aprontar. Chegam a ser desleais com a cidade: um acordo feito lá, e agora passam por cima porque querem. Esta Casa, o que é isso? É uma Câmara de Vereadores ou é um clube de amigos do prefeito? Vocês foram eleitos para fiscalizar o Poder Executivo municipal ou para sentar com o prefeito e tomar café? Para que foram eleitos vereadores da capital? Para que serve um vereador? É para fiscalizar! Mas aqui, parece, virou um cartório – todo mundo assina embaixo. Melo manda, assinam embaixo! Nós da oposição, não; nós do PT, não! Não contem conosco para não sermos fiscalizadores do Poder Executivo municipal. E o senhor Claudio Janta, uma vez, dizia que defendia trabalhadores, trabalhadoras; o senhor, hoje, está aqui defendendo contra as trabalhadoras e trabalhadores, dizendo – vejam só o que vai para os anais da história da Câmara – que o dinheiro do Previmpa está lá, disponível. É o mesmo que dizer que o dinheiro do Banco Central está disponível, que o dinheiro das contas da população, como o Collor fez aquela vez, estava disponível, que o dinheiro dos fundos previdenciários do Brasil está disponível; não estão, e este também não está, Ver. Claudio Janta, líder do governo Melo. Vejam só, que ironia do destino, Melo, ele vem dizer que um dinheiro sagrado, que vem da contribuição de todo mundo, mês a mês, está disponível para quaisquer coisas; o senhor está brincando com a inteligência da população, Claudio Janta? O senhor acha que a população não conhece as leis? O senhor acha que está onde? Isso é uma Câmara de Vereadores, quero lembrar ao senhor. Eu fico indignado, porque este é o líder do governo, esta é a forma como ele encaminha uma discussão de projeto; precisa ter conhecimento técnico, tem que ler o projeto, ler a matéria, conhecer o assunto, não é só vir aqui falar, falar. É o parlamento; a gente sabe, para falar, mas vamos falar com seriedade do conteúdo. Antes de fazer resseguração de massas, Claudio Janta, nós deveríamos estar discutindo a retirada da idade mínima para aposentadoria especial, essa excrescência que vocês criaram na Prefeitura de Porto Alegre. Se é aposentadoria especial, não pode ter idade mínima; mas não, Porto Alegre tem que ter a dita idade mínima, porque vocês querem o dinheiro, que vocês julgam estar disponível – disponível estava quase um R\$ 1 bilhão no ano passado no caixa, dinheiro que vocês deixaram de investir na cidade, transformando em superavit. O que vocês querem com mais dinheiro se vocês não fazem gestão? Vocês não fazem gestão! Está aí o DMAE caindo aos pedaços, porque vocês não fazem gestão lá; Secretaria de Saúde: faltam médico, enfermeiro, dentista em tudo que é lugar. Tivemos que votar aqui um projeto emergencial para contratar algumas pessoas para o Pronto Atendimento Cruzeiro do Sul. Vocês não fazem gestão! Para que vocês querem mais dinheiro? Vocês não têm competência gestora – nós já vimos, faz um ano. E aí querem enfiar goela abaixo da população este projeto. Mas vão resolver os conflitos da orla; vão resolver a falta de água nos morros; vão resolver a falta de professores; hoje faltam quase 300 professores. Hoje começaram as aulas de novo, depois do feriado, e mais de 300

professores faltam nas escolas municipais. Vocês não fazem o básico e querem, agora, o dinheiro dos aposentados, mais um pouco do dinheiro do Previmpa, para quê? O prefeito virou o Tio Patinhas, com o cofre cheio de dinheiro. Melo, Tio Patinhas, é esse o apelido que quer? Está lá, deixou de investir R\$ 177 milhões na Educação no ano passado; investiu 21%, e o mínimo constitucional é 25%. O senhor não investiu na Educação, tem criança sem vaga em creche. Atenção mães e pais, vocês não conseguem vaga na educação infantil, e a culpa é do prefeito que não abriu, pois dinheiro tinha! Então, vocês vieram com este projeto, o que vocês querem? Vocês entregam dinheiro para os altos empresários da cidade, esses empresários de ônibus – e é só ônibus sucateado, só ônibus sucateado -, e eles ganham dinheiro! Então o senhor diz que ele foi a Brasília fazer e acontecer, o senhor defende ele, porque toma café com o prefeito! Eu não fui eleito para tomara café com o prefeito, eu fui eleito para fiscalizar, para ver onde está faltando serviço público e para cobrar a responsabilidade de toda a Câmara e do governo. Agora, se o senhor foi eleito, na sua cabeça, para tomar café com o prefeito, é responsabilidade sua; agora, o senhor não vai patrolar aqui dentro esse projeto. Nós, do PT, não vamos aceitar, nós vamos nos colocar contra o projeto e a favor da trabalhadora e do trabalhador, porque nós defendemos quem trabalha.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB):** A Ver.<sup>a</sup> Aline Kerber está com a palavra para discutir a Pauta.

**VEREADORA ALINE KERBER (PSOL):** Cumprimento o povo que nos acompanha, os parlamentares presentes, suas assessorias; depois desse carnaval, estamos firmes trabalhando, fazendo a nossa entrega, entregando nosso melhor para a população de Porto Alegre. Então, aqui, solidariedade aos municipais, essa situação realmente é muito complexa, demanda muito debate desta Casa. Acho que é fundamental essa audiência pública, esclarecimentos para a população, precisamos de transparência de dados. Claro, a partir dessas evidências, é possível fazer um debate de alto nível e os parlamentares aqui se posicionarem.

Então, trazendo também o tema em pauta que horrorizou o Estado do Rio Grande do Sul, com a suspensão da obrigatoriedade de máscaras para as crianças menores de 12 anos. Como vocês sabem, a Associação de Mães e Pais, pela democracia, sustenta em juízo a ilegalidade do decreto do Estado que desobriga o uso de máscara para as crianças menores de 12 anos. Essa ação foi ajuizada na segunda-feira, agora, no dia 28, no plantão do Foro Central, numa ação civil pública, sustentando a ilegalidade do Decreto nº 56.403, de 2022, publicado pelo governo do Estado do Rio Grande do Sul, no último sábado, que acabou, portanto, com a obrigatoriedade dessa proteção fundamental para um retorno às aulas realmente seguro. É evidente que o decreto é nulo, pois contraria frontalmente o art. 3º, alínea A, da Lei Federal nº 13.979, de 2020, que estabelece que é obrigatório tapar, manter a boca e o nariz cobertos com máscara a partir dos 3 anos de idade. Essa ilegalidade é reconhecida pelo próprio

governador, e nós, neste momento de Ômicron, num pico ainda, num patamar muito elevado, com essa volta do carnaval, em que houve, sim, aglomeração, só há 43% das crianças de 5 a 11 anos com vacinação, com a primeira dose, quer dizer, essa população desprotegida e que está hospitalizada e que está morrendo por conta dessa doença. Então, é totalmente descabido, imoral, ilegal essa medida. Evidentemente que nós, mães a pais, pela democracia, estamos levando os nossos filhos protegidos para escola e foi assim já nesse retorno. Aqui cumprimento a nossa força, a nossa luta por justiça e por aliar saúde e educação. As crianças, sobretudo, aquelas que não se vacinaram e que não estiverem usando máscara, elas têm uma carga viral muito maior e, portanto, contaminarão mesmo aqueles que querem se proteger com a máscara. Temos todos os argumentos para demonstrar o equívoco de uma medida como essa. Então, quero dizer para vocês que hoje o PDT, o PT e o PSOL entraram com um requerimento também de sustação de decreto, o Requerimento nº 56.403, de 2022, é mais uma frente fundamental para que a gente tenha o direito à saúde das nossas crianças e à educação, porque, se forem contaminados, não poderão estar na escola resguardados. O juiz dessa ação já fez o despacho da ação civil pública movida pelos pais e mães, e ele, então, reconhece a isenção da entidade e também a legitimidade do pleito solicitado. Ele deu 72 horas de prazo para o governo do Estado se manifestar. Então, deveremos ter, entre hoje e amanhã, esse retorno que contempla todo a sociedade, inclusive a imprensa. Imagina, o jornal Zero Hora coloca hoje no seu jornal dizendo: “Não importa o que diz o decreto estadual sobre o uso de máscara, proteja os seus filhos”. Não é assim que se faz as coisas. Então, é fundamental que as escolas utilizem da sua autonomia e recomendem o uso obrigatório da máscara para crianças para que seja possível resguardar o direito à saúde dessas crianças e também o direito à educação. É máscara, distanciamento e vacina para as crianças já!

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB):** A Ver.<sup>a</sup> Mari Pimentel está com a palavra.

**Vereadora Mari Pimentel (NOVO):** Uma questão de ordem, eu gostaria de reforçar, para os novos vereadores suplentes que estão na Casa, os ritos deste Legislativo. Diferente de ativistas políticos que, por vezes, são aqui, nesta Casa, quando entramos no período de Pauta, falamos sobre que está sendo debatido na Pauta. Então, gostaria de reforçar que nós temos período de liderança e outros períodos, se nós lermos o Regimento interno, para que debates como esse sejam trazidos aqui para a Câmara de Vereadores. Reforço que ativismo político é feito lá pela porta dos fundos e não pela porta de entrada da Câmara de Vereadores.

**PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB):** Feito o registro, vereadora. A Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia está com a palavra.

**Vereadora Comandante Nádia (DEM):** Uma questão de ordem também, Presidente. Eu vou na mesma linha da Ver.<sup>a</sup> Mari, porque é a segunda vez que a ilustríssima vereadora usa a tribuna para falar em Pauta e distorce o assunto. Eu acho que esta Casa é suficientemente madura para que a gente possa discutir a Pauta dentro da Pauta, e não criar outro tipo que não diz respeito. Aliás, isso nunca tinha acontecido na Casa, e nós estamos perdendo a disciplina dentro da Casa, porque isso é uma questão de ordem, está dentro do Regimento, dentro da nossa legislação aqui, dentro da Casa Legislativa, de se manter a ordem, isso significa que em Pauta se fala o que está sendo discutido em Pauta e não outro, até porque, como bem disse a Ver.<sup>a</sup> Mari, e que eu já havia falado na semana passada, quando estava o Presidente Cecchim, que nós temos que manter uma ordem. Para falar em outros assuntos, tem o período de Comunicação e tem liderança. Então, eu gostaria, Presidente, que isso fosse levado a sério nesta Casa. Obrigada.

**PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB):** A Ver.<sup>a</sup> Karen Santos está com a palavra.

**Vereadora Karen Santos (PSOL):** Eu quero reiterar, Presidente, que a nossa companheira Aline iniciou a sua fala colocando em discussão o projeto que ataca os servidores do Município e Porto Alegre, que altera as regras do Previmpa novamente, e trouxe mais amplamente o contexto da nossa educação, que, do nosso ponto de vista, é o que deveria estar sendo priorizado por esta Casa. Então, não entendo a questão de ordem feita pela Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia e pela Ver.<sup>a</sup> Mari Pimentel. Segundo, é muito comum, é de praxe, dentro desta Casa, se fazer este tipo de movimento: iniciar falando sobre os projetos que estão em Pauta e ampliar a discussão. Então, não entendo porque as vereadoras se sentiram tão incomodadas com o método, ao invés de ir para o debate político, que eu sei que elas têm desacordo, que é o uso de máscara nas crianças da rede da educação infantil. Essa é a polêmica, não vem colocar uma questão de método como fosse uma divergência, porque todo mundo usa esse método nesta Casa.

**PRESIDENTE GIOVANE BYL:** Feito o registro, vereadora. O Ver. Ramiro Rosário está com a palavra.

**Vereador Ramiro Rosário (PSDB):** Muito obrigado, Presidente. Na mesma linha, faço questão de colocar o que a Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia colocou, agora, no *chat* da sessão híbrida: “É de praxe para quem não tem disciplina”. Está muito claro aqui que deve-se ater à pauta, e chamo aqui a responsabilidade para a Presidência. O senhor tem a total prerrogativa, inclusive, de alertar o vereador que estiver na tribuna para que ele se atenha à pauta estabelecida e que não crie aqui momentos como este que nós estamos vivenciando agora, inclusive estamos trazendo tumulto para a sessão por não ter tratado do tema específico. Então é uma responsabilidade também da Presidência de tomar a atitude, de imediato, e chamar a atenção do vereador.

**PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB):** Feito o registro. Tendo em vista não haver mais nenhuma inscrição para o período de Pauta nem para o período de Comunicações, conforme acordo, declaro encerrada a presente sessão. Convoco as Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores para a realização da 003ª Sessão Extraordinária a ser realizada a seguir.

(Encerra-se a sessão às 15h29min.)

\* \* \* \* \*